

POLÍTICAS SOCIAIS

Mobilidade social no País é intensa

DO RIO

O Brasil foi palco de intensa mobilidade social entre 2003 e 2008, com 31,9 milhões de pessoas subindo degraus na pirâmide, especialmente a partir da classe média, em direção às classes mais altas, A, B e C. Os dados foram compilados pelo Centro de Políticas Sociais (CPS) da Fundação Getúlio Vargas a partir do resultado da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) de 2008, divulgado na semana passada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

De acordo com o pesquisador Marcelo Neri, a ascensão da classe média deveu-se basicamente ao fator trabalho e renda. O potencial de geração de renda familiar cresceu neste período 28,32%, bem mais do que o crescimento de 14,98%



Sala de aula de informática promove inclusão digital na Bahia

do potencial de consumo. Por potencial de consumo entende-se o acesso a bens, especialmente duráveis, como automóveis e

eletrodomésticos; a serviços públicos, condições de moradia e tipo de família.

A migração social estendeu-se também à base da pirâmide.

Programas de geração de renda, como o Bolsa Família, tiveram grande influência na redução da classe E, a mais baixa. Saíram dessa categoria social 19,5 milhões de brasileiros, entre 2003 e 2008, o que corres-

ponde a um enxugamento de 43%. Outros 20,9 milhões saíram das classes D e E e passaram a integrar a chamada classe média brasileira.

O resultado só não apresentou uma melhoria maior devido a questões de cálculo. Neri inclui a posse ou uso de celulares e computadores na rubrica de investimento e não de consumo. "Isso explica uma parte do aumento do potencial do produtor ter sido maior que o de consumo, mas acho que computador e celular aumentam a produtividade", explicou o economista-chefe do CPS.

Neri, que, por conta de dados anteriores, esperava um crescimento do consumo superior ao da elevação da renda, declarou-se surpreendido com o resultado.

Também entram no cálculo estatístico fatores como a inserção no mercado de trabalho; o nível de educação dos membros das famílias; a matrícula dos filhos em escolas públicas ou privadas, e o investimento em previdência. (Agência Estado)